

Economia

IDÉIAS

O Brasil tem ou não tem jeito? Nesta página, a discussão sobre o nosso presente e futuro. Na 15, dicas para tentar um drible no trileão; na 16, as repercussões sobre a nova política industrial e, na 28, o perfil de um bem-sucedido jovem de negócios.

Econ - Brasil

Há saída para a crise

O Brasil pode sair da crise, mediante "um enorme esforço governamental de eliminação dos déficits", afirma o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Crítico frequente das políticas econômicas da Nova República, Pastore condena a existência de uma política monetária fraca, mas identifica os elementos mais importantes que permitiriam a recuperação: 1) condições externas extremamente favoráveis; e 2) manutenção da capacidade de poupança do setor privado.

— Não é preciso aprofundar a recessão hoje —, adverte o economista, hoje consultor de empresas e professor da USP.

Por essa razão, "o governo não deve ter medo de fazer uma política mais austera". Ao contrário, "perderá o efeito do ajuste fiscal, se o fizer, pela sua covardia monetária e pelo temor ignorante de provocar uma recessão".

Poupança

A recuperação da economia brasileira ocorrerá a partir do aumento da poupança. Mas isto só é possível, entende Pastore, com a redução do governo, responsável por despoupança. "O setor privado não está poupançando menos do que já poupava", nota, recordando que estudos desenvolvidos a nível acadêmico poderão indicar até que a poupança do setor privado tem ocorrido a nível superior à da sua taxa histórica.

Mas o único caminho é o da redução do tamanho do governo, o que, "incidentalmente, viabiliza a estabilização da inflação e a conversão de dívida em capital". O controle fiscal, observa, "é a chave do sucesso".

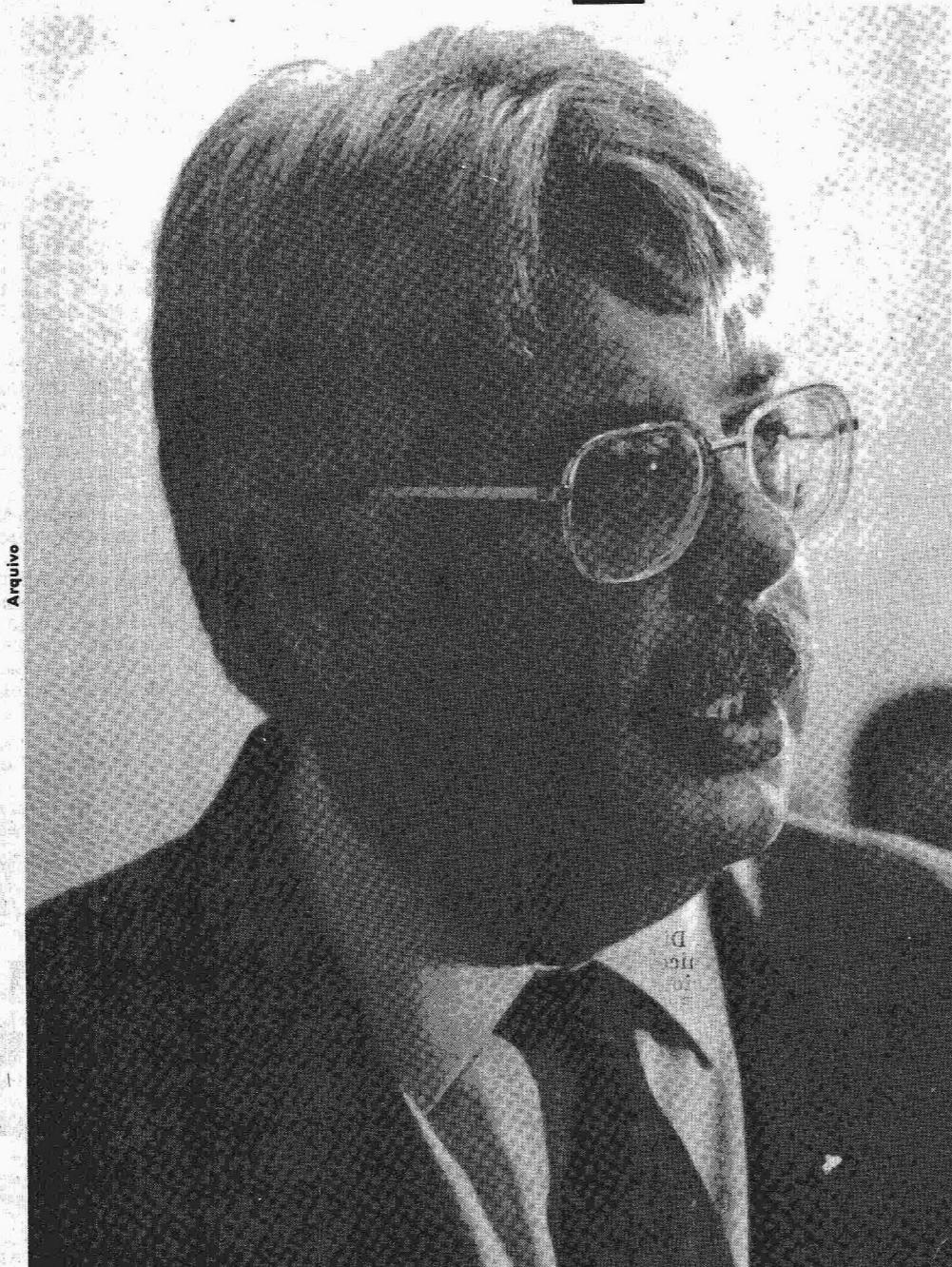
Pastore evita analisar a meta de cortar o déficit de 7,6% a 4% do Produto Interno Bruto, objetivo expresso dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu. "Do ponto de vista da intuição, o que os ministros econômicos falam está na direção certa. Mas estamos diante do fato político — que é a decisão do governo. E eu não vejo coerência no governo como um todo, para a percepção da necessidade de atacar o problema na velocidade e na intensidade com que precisa ser atacado."

82 versus 88

Uma comparação da recessão de 82/83 com o quadro atual leva o economista a acreditar que um agravamento da recessão é desnecessário, hoje. Por quê? Em 82, o dólar estava altamente valorizado, as taxas internacionais de juros eram elevadíssimas, a agricultura teve mau desempenho, o Brasil tinha déficit no balanço comercial e estava ilíquido, os preços das commodities haviam declinado e, como consequência, "o ajuste doméstico precisou ser muito mais rápido e profundo, e portanto muito mais recessivo e inflacionário, alimentado por decisões como a maxidesvalorização do cruzeiro de 83".

Em 88, o dólar está altamente desvalorizado — abrindo as portas da Europa para a venda de commodities e manufaturas. Sendo baixíssimas as taxas de juros, os preços das commodities em 1988 estão em franca recuperação, "o que é uma das razões para a recuperação de nossas exportações". Não existe o problema representado pela crise sincrônica dos balanços de pagamentos em todos os países devedores (o que nos levou a perder US\$ 2 bilhões de exportações para a América Latina, em 82). E o Brasil, embora ilíquido no plano cambial, tem superávits comerciais muito altos (o superávit superou US\$ 1,9 bilhão em abril, um recorde histórico). Afinal, o desempenho excelente da agricultura este ano equivale a um comportamento anticíclico (contra a recessão), ao contrário do que ocorreu em 82.

Estando em 88 abertas as largas portas da exportação, uma maior austeridade fiscal e monetária não se reflete integralmente sobre produção e emprego doméstico porque as empresas podem exportar. O governo pode ser muito mais austero com



Arquivo

Pastore: é preciso um grande esforço do governo para eliminar déficits.

muito menores possibilidades de uma recessão.

Ademais, a política agrícola está "mais arrumada" — inexistindo, para o setor, problemas de taxa cambial, devido à elevação de cerca de 30% nos preços das commodities. Com o dólar desvalorizado, também não há problemas para aqueles que exportam manufaturados para países com moedas atreladas a moedas europeias e iens.

Problema latente

Mas quem exporta para países atrelados ao dólar, só vem exportando porque a demanda interna caiu. Suas margens, particularmente no setor manufatureiro, que usam como insumos intensivos o aço, energia elétrica, combustíveis, cobre — ou seja, produtos com elevações reais de preços em 87 — só permitem exportar para manter contratos de longo prazo, que não são rentáveis. Aqui, há um problema latente de câmbio.

Por enquanto, entende Pastore, isto não basta para prejudicar o saldo comercial. "Mas se o dólar fortalecer-se, o que será fatal se for mantida a tendência de queda dos déficits comerciais norte-americanos; e se simultaneamente ou não os Estados Unidos reajustarem para cima suas taxas de juros, como o FED deu indicações ao forçar a alta na *prime rate*, provocando estabilização ou queda nos preços das commodities; e se, finalmente, a política mone-

tária doméstica persistir no mesmo ritmo expansionista, logrando aumentar as vendas reais no mercado doméstico de bens e serviços, a atual paridade cambial não agüenta os superávits que precisamos fazer, de US\$ 12 bilhões ou mais anualmente."

Os sintomas de que a política monetária está expansionista são a explosão da base monetária e meios de pagamentos; depressão nas taxas dos CDBs pós-fixados; explosão nas Bolsas; crescimento do ágio no paralelo de câmbio; exportadores preferindo *deolarizar* seus ativos depositando recursos no BC (resolução 1208) e chegando a tomar recursos nos bancos, "por mais taxeiros que sejam"; a depressão das margens operacionais na indústria, salvo ilhas como celulose, alimentos etc.

A resposta da economia a essa política monetária expansionista será só um crescimento da inflação. Quando, com uma política apertada, isto poderia se voltar para a exportação — particularmente se ajudada um pouco por algumas acelerações das mínis. E se isto eventualmente produzisse superávits comerciais muito altos, o governo teria o espaço necessário para promover uma efetiva liberalização de importações de máquinas, equipamentos, matérias-primas, a qual, conjugada com o crescimento das exportações, seria mais uma força anti-recessiva.

Fábio Pahim Jr.